



**Interessados:** Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMUSAN-SP  
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável

**Assunto:** Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico

## **RECOMENDAÇÃO nº 04/2022**

### **1. Antecedentes**

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo – COMUSAN-SP desenvolve de forma permanente o COMUSAN Conecta, iniciativa com intuito de aprofundar o debate numa perspectiva integral a partir do diálogo social entre diferentes campos de saberes e atuações.

A edição do dia 09 de maio, em ambiente virtual, debateu o tema “Articulação entre o Plano Diretor Estratégico e as Políticas de garantia do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas no Município de São Paulo”. Contou-se com a participação como debatedores o representante do movimento Frente Pela Vida, João Moreira, e Dr. Jorge Kayano, médico sanitário, pesquisador do Instituto Polis e ativista do Grupo de Trabalho Democracia Participativa (GT-DP) da Rede Nossa São Paulo.

Posteriormente, em 22 de agosto do corrente ano, foi realizada uma nova edição do COMUSAN CONECTA sobre o tema “Plano Diretor Estratégico, Alimentação e Agricultura na cidade de São Paulo”. O objetivo foi analisar as diferentes dimensões dos instrumentos de planejamento e gestão urbana e a interface com alimentação e agricultura, bem como identificar impactos e pontos importantes para incidir na da revisão do atual Plano Diretor Participaram como expositores os seguintes convidados, a saber: Vera Helena Lessa Villela - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; Maria Lucia Bellenzani, Representante Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável; Patrícia Saran, Coordenadora do Processo Participativo da Revisão Intermediária do Plano Diretor da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL); Representantes da

**Contato:** [comusan@prefeitura.sp.gov.br](mailto:comusan@prefeitura.sp.gov.br) |(11) 3224-6000 - ramal 6050

agricultura urbana – Noemia de Oliveira Mendonça (Jd Damasceno) e Maria Alves (Comuna da Terra Irmã Alberta) e Vitor Miceli, pesquisador em SAN e Desenvolvimento urbano.

Por fim, em 20 de outubro de 2022 foi realizada uma nova rodada de conversas provocada pela Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, na pessoa de Patrícia Saran, da qual participaram, pelo COMUSAN-SP, Vera Helena Lessa Villela e Maria Angélica Oliveira; pelo CMDRSS, Cristina Abi Jabbour e Maria Lucia Bellenzani e Fernando Henrique Gasperini, Denise Malheiros e Patrícia Saran pela SMUL.

## **2. Considerações sobre o Plano Diretor Estratégico em vigor e o processo de revisão intermediário**

Observa-se que existem um conjunto de desafios para efetivação dos dispositivos previstos no PDE e o enfrentamento às desigualdades, racismo ambiental e iniquidades de acesso a serviços e políticas públicas. Aspectos relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional estão estabelecidos, notadamente, na seção sobre os equipamentos públicos. As medidas previstas para resgatar a função social dos serviços públicos de abastecimento e a implantação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) e do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário ainda requerem se tornar prioridade da Administração Pública.

Por outro lado, considerando a natureza da norma, a efetivação do contido no PDE demanda leis específicas aprovadas pela Câmara Municipal para sua implantação como o IPTU Verde para as propriedades comprometidas com a política municipal de meio ambiente. Ou mesmo, sobre como assegurar incentivos para agricultura familiar/comunitária de base agroecológica na cidade.

Instrumentos como o PDE, e levando em conta as múltiplas crises que temos vivenciado como a fome/insegurança alimentar, doenças crônicas não transmissíveis, desigualdades, e mudanças climáticas, precisam contribuir de forma objetiva para impulsionar o uso de áreas públicas e particulares, com segurança jurídica, para agricultura urbana e periurbana. Além de favorecer a criação de sistemas agroalimentares saudáveis e

sustentáveis de modo a minimizar os gargalos da produção e distribuição de alimentos saudáveis, sobretudo para a população mais vulnerável, inclusive nas ZEIS e a priorização das compras públicas. É necessário prever como parte do ordenamento a criação de entrepostos sociais nas regiões Sul, Leste, Oeste e Norte, pátios de compostagem, a disponibilização de feiras noturnas, irrigação para as hortas e proteção dos mananciais, ligação de água potável, etc.

### **3. Planejamento e Gestão Urbanas e a interface com a Segurança Alimentar e Nutricional**

O incentivo à adoção de uma Política Alimentar Urbana passa, cada vez mais, a ser uma prioridade em caráter urgente para os municípios, especialmente quando tratamos dos impactos que cidades como São Paulo têm para a segurança alimentar e hídrica, bem como para conter as mudanças climáticas.

A Nova Agenda Habitat busca cidades e assentamentos humanos que:

*cumpram sua função social, inclusive a função social e ecológica da terra, com vistas a alcançar, progressivamente, a plena concretização do direito à moradia adequada como um componente do direito a um padrão de vida adequado, sem discriminação, com acesso universal a sistemas de abastecimento de água potável e saneamento seguros e acessíveis, assim como acesso igualitário para todos a bens e serviços públicos de qualidade em áreas como segurança alimentar e nutrição, saúde, educação, infraestrutura, mobilidade e transporte, energia, qualidade do ar e subsistência (ONU, 2016).*

O plano de ação prevê, ainda, entre as estratégias:

*. investimentos adequados em infraestruturas de proteção acessíveis e sustentáveis e em sistemas de serviços de água, saneamento e higiene, águas residuais, gestão de resíduos sólidos, drenagem urbana, redução da poluição do ar e gestão de águas pluviais a fim de melhorar a segurança contra desastres relacionados à água; melhorar a saúde; garantir o acesso universal e equitativo à água potável segura e a um preço acessível para todos, bem como o acesso a*

**Contato:** [comusan@prefeitura.sp.gov.br](mailto:comusan@prefeitura.sp.gov.br) |(11) 3224-6000 - ramal 6050

*saneamento e higiene adequados e equitativos para todos; e erradicar a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades e segurança das mulheres e meninas e pessoas em situação de vulnerabilidade. Trabalharemos para garantir que essas infraestruturas sejam resistentes às mudanças climáticas e façam parte dos planos integrados de desenvolvimento urbano e territorial, incluindo os de habitação e mobilidade, entre outros, e sejam implementadas de forma participativa, considerando soluções sustentáveis, inovadoras, eficientes no uso de recursos, acessíveis, específicas ao contexto e sensíveis a questões culturais.*

*. equipar os serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento com a capacidade de implementar sistemas de gestão sustentável dos recursos hídricos, incluindo a manutenção sustentável de serviços de infraestrutura urbana, por meio do desenvolvimento de capacidades com o objetivo de eliminar progressivamente as desigualdades e promover o acesso universal e equitativo à água potável segura e economicamente acessível para todos e a serviços de saneamento e higiene adequados e equitativos para todos;*

*. integração da segurança alimentar e das necessidades nutricionais dos moradores das cidades, particularmente da população afetada pela pobreza urbana, no planejamento urbano e territorial para erradicar a fome e a desnutrição. Promoveremos a coordenação de políticas de agricultura e de segurança alimentar sustentáveis por todas as áreas urbanas, periurbanas e rurais para facilitar a produção, a armazenagem, o transporte e a comercialização de alimentos para os consumidores de maneira adequada e acessível para reduzir as perdas de alimentos, prevenir e reutilizar resíduos alimentares. Promoveremos, ainda, a coordenação das políticas alimentares com as políticas de energia, água, saúde, transporte e gestão de resíduos, manteremos a diversidade genética das sementes e reduzir o uso de produtos químicos perigosos, e implementar outras políticas em áreas urbanas para maximizar a eficiência e minimizar o desperdício. (op cit, 2016. Adaptação nossa)*

Na mesma toada, o Marco da FAO para a Agenda Alimentar Urbana<sup>1</sup> e o Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana Marco, que inclusive a cidade de São Paulo é signatária<sup>2</sup>. Neste sentido, destacamos dois resultados esperados pela Agenda Alimentar Urbana da FAO:

- *Integração da segurança alimentar e da nutrição em todas as políticas, estratégias e planos, reconhecendo a necessidade de criar vínculos que se reforcem mutuamente entre as zonas urbanas (incluindo as cidades intermediárias e de pequeno tamanho, e as comunidades) e as zonas rurais;*
- *Fortalecimento da governança dos sistemas alimentares e dos espaços verdes de forma multisetorial, em múltiplos níveis e com múltiplos agentes, reconhecendo a função essencial que cumprem os governos locais e a necessidade de apoiá-los com dados e análises dos sistemas alimentares urbanos gerados de maneira oportuna. (FAO, 2020)*

A 50ª Plenária do Comitê de Segurança Alimentar da Organização das Nações Unidas analisou a inclusão em seu novo plano plurianual a temática sobre o fortalecimento dos vínculos da agricultura urbana e periurbana para o fortalecimento de sistemas alimentares em nível local.

A criação de mecanismos de incentivo a hortas urbanas e periurbanas pode ser feito no Sistema de Equipamentos, dialogando com o programa de gestão de áreas públicas. Deve-se considerar o conceito de circuitos curtos de produção e consumo, em que o alimento é gerado próximo ao local em que será consumido.

A questão da intersetorialidade entre os conselhos e secretarias para implantação da Agenda 2030 é desejável, sugerindo a adição dela no planejamento urbano, destacando a necessidade de que se alcancem os pontos em relação à segurança alimentar e nutricional destacados neste documento.

---

<sup>1</sup> Ver <https://www.fao.org/documents/card/en/c/ca3151pt/>

<sup>2</sup> ver [www.fao.org/publications/card/es/c/CA6144w](http://www.fao.org/publications/card/es/c/CA6144w)

#### **4. Desenvolvimento Econômico e Social, equipamentos públicos e Segurança Alimentar e Nutricional**

O desenvolvimento econômico e social necessita conexão entre as políticas e os equipamentos sociais, de forma que eles sejam indutores do desenvolvimento econômico e social nos territórios articulando produção agroecológica, resgate do papel social de equipamentos de abastecimento públicos, instalação de entrepostos para escoamento da Produção agrícola nas regiões sul, leste e norte, implementação das cozinhas escola prioritariamente nesses territórios, como pólos de geração de emprego e renda, com Implementação de empreendimentos na área de produção de alimentos e refeições de base social e solidária, criação de uma rede de abastecimento das unidades escolares conveniadas e terceirizadas com produtores rurais e urbanos locais, e metropolitanos.

**Quanto aos equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional**, o COMUSAN-SP considera necessário atualizar os dados do Quadro 10, anexo ao PDE, que relaciona os equipamentos prioritários para implantação até 2029 prevendo a implantação de 4 CRESAN. Sugere-se incluir o Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional do Butantã, que não apareceu no Plano Diretor de 2014, bem como o da Vila Maria. Comenta que o Plano Diretor foi publicado antes da inauguração do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional da Vila Maria, e talvez por isso constasse o de Santana/Tucuruvi. Quanto aos da Zona Sul – Parelheiros e Santo Amaro, pondera que Parelheiros já conta com uma Casa de Agricultura Agroecológica, com a Escola de Agroecologia da UMAPAZ, com a Fábrica de Bioinsumos e que, no que diz respeito a alguns princípios do PDE, como o da acessibilidade, um Centro de Referência em SAN em Santo Amaro atenderia melhor a essa premissa. Quanto ao previsto na Zona Leste, acredita que se apontava São Mateus como a Subprefeitura indicada, por conta da proximidade das áreas de produção. Mas, traz um dado das prioridades indicadas pelos conselheiros participativos no orçamento de 2023, onde Guaianases e Cidade Tiradentes selecionaram entre as 5 prioridades a implantação de um Centro de Referência em SAN. Reforça a importância de se

pensar num Centro de Referência na região central, a partir da indicação da implantação de um Centro de Referência em SAN no Pari.

## **5. Proposições para subsidiar o processo de revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico**

- Implantação e apoio técnico às Hortas Escolares Agroecológicas conforme disposto no *EIXO ENSINO E EDUCAÇÃO* Política de Desenvolvimento Urbano constante no Plano Diretor Estratégico do Município, na proporção de 15% ao ano do total de hortas escolares existentes.
- Aprimorar os programas voltados à compostagem de resíduos orgânicos de feiras e podas urbanas da capital por meio do incremento da infraestrutura e logística com a dotação de uma unidade de compostagem em cada subprefeitura e recursos humanos adequados, prevendo eventuais aprimoramentos no zoneamento quando necessário.
- Agilizar a reformulação do Programa Hortas e Viveiros da comunidade, que sofreu grande redução ao longo de 2020, articulando o projeto ao Programa Operação Trabalho (POT) com o intuito de fomentar as práticas de produção de alimentos orgânicos e agroecológicas, que promovem a saúde e a segurança alimentar e nutricional, unindo a produção de alimentos saudáveis com o auxílio financeiro a pessoas em vulnerabilidade social.
- Incluir hortas comunitárias agroecológicas e cozinhas comunitárias nas diretrizes para as ZEIS .
- Retomar a meta do PLAMSAN (2016-2020) de reestruturação das Escolas Estufas (reforma do espaço, reconstrução das estufas) além de garantir a existência de uma escola estufa por subprefeitura que terá a função de dar suporte aos agricultores familiares e do município e às hortas comunitárias nas regiões.

- Criar um programa de facilitação ao crédito voltado para fortalecer a prática da agricultura familiar, urbana e periurbana no município. Tal ponto também é defendido pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) que ao fazer um levantamento sobre o impacto do COVID- 19 nos agricultores cita a criação de um programa de crédito como uma solução importante para a manutenção da prática agrícola no município.
- Buscar mecanismos para assegurar que os recursos advindos do repasse do Imposto Territorial Rural para o município sejam efetivamente aplicados em ações, projetos e programas voltados à zona rural, especialmente para aqueles elencados como prioridade no Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.
- Criar programas de incentivos tributários do município para estimular a criação e manutenção de empreendimentos nas áreas associadas a promoção de segurança alimentar e nutricional, notadamente da agricultura familiar de base agroecológica ou em transição
- Fortalecer o Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP), garantindo dotação orçamentária para a manutenção e ampliação da Assistência Técnica e Extensão Rural, da Patrulha Rural e a manutenção em ampliação dos resultados do Programa Ligue os Pontos e seus resultados s como o Sampa+ rural, o SISRURAL, entre outros.
- Construir projetos estruturantes de Assistência Técnica a Extensão Rural para todos os produtores do município de São Paulo e para a Agroecologia na Região Metropolitana, principalmente nas Áreas de Proteção e Recuperação aos Mananciais (APRMs), em articulação com os municípios vizinhos e com os órgãos do Governo Estadual.
- Criação de centrais de armazenamento e escoamento da produção de agricultores familiares do município (Zona Sul, Oeste ,Leste e Norte)
- Propor e fomentar políticas que foquem a agricultura e conservação do meio ambiente com inclusão social produtiva em Áreas de Proteção Ambiental, de acordo com as diretrizes de seus respectivos Planos de Manejo.

- Isenção de IPTU de pelo menos 500 propriedades e ou terrenos voltadas à agricultura urbana existentes ou novas por macro-região nos termos da Lei nº 13.726/2004.
- Prestar assessoria jurídica para apoiar os processos de regularização fundiária de imóveis em área rural, observando a interface da conservação ambiental com questões fundiárias
- Apoiar a regularização e serviços dos empreendimentos e serviços na área de alimentação e agricultura
- Implementar 200 hortas urbanas em áreas de linha de alta tensão, faixa de dutos e em áreas públicas aptas à agricultura.
- Incluir diretrizes de acessibilidade e melhoria viária no Polo de Desenvolvimento Rural Sustentável, com a adoção de boas práticas de conservação de estradas rurais e respeitando as diretrizes das Unidades de Conservação, quando couber;
- Incluir as Casas de Agricultura Ecológica José Umberto Macedo Vieira- Parelheiros, CAE Zona Leste e CAE Zona Norte no PDE;
- Incluir a Escola de Agroecologia de Parelheiros no PDE;
- Estabelecer parceria com a SABESP e DAEE, vinculados aos Governo do Estado de São Paulo, visando garantir Segurança Hídrica e acesso aos recursos hídricos ecologicamente responsáveis para os produtores da agricultura urbana e periurbana de São Paulo;
- Oferecer apoio às iniciativas de assistência alimentar como as cozinhas comunitárias, entrepostos sociais, a partir das respostas da sociedade civil frente à pandemia e crise alimentar, integrando a rede de equipamentos públicos de SAN.
- Incluir diretrizes de apoio às Terras Indígenas e aos povos originários, em especial a perpetuação, manutenção e ampliação do Programa Aldeias;
- Criar e implementar, com participação e protagonismo dos povos indígenas, a Política Municipal de Fortalecimento Ambiental e Cultural das Terras Indígenas, garantindo a conservação e sustentabilidade do Cinturão Verde Guarani .



## 5. Referências

FAO. **Marco da FAO para a Agenda Alimentar Urbana**. Roma: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, 2020;

\_\_\_\_\_. Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana Marco. Disponível em: [www.fao.org/publications/card/es/c/CA6144w](http://www.fao.org/publications/card/es/c/CA6144w)

ONU. **Nova Agenda Habitat**. Quito: Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), 2016. Disponível em: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>;

Rio de Janeiro e Alimentação Consciente Brasil. **Pacto de Milão Sobre Política de Alimentação Urbana: Marco de Acompanhamento**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro | Alimentação Consciente Brasil Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca6144pt/ca6144pt.pdf>;